



RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA RAN BRUTA

1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAÇÃO

SETEMBRO 2019

1ª Revisão do PDM de Mação

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA RAN BRUTA

ÍNDICE

1- INTRODUÇÃO	3
2- DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS A INTEGRAR NA RAN BRUTA	5
2.1- Metodologia	5
2.2- RESULTADOS	6
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	7
4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	8
4.1- Base cartográfica.....	8
4.2- CARTOGRAFIA DE APOIO	8
4.3- FONTES DE INFORMAÇÃO	8
5- ANEXO – PEÇAS DESENHADAS.....	9

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quantificação da área da RAN em vigor e da RAN Bruta proposta	6
--	---



(página propositadamente deixada em branco)

1- INTRODUÇÃO

O processo de revisão da carta municipal da Reserva Agrícola Nacional (RAN) para o Município de Mação ocorre em simultâneo com a revisão do Plano Diretor Municipal de Mação (PDMM), seguindo o procedimento estabelecido no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março e respetiva alteração pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

A RAN atual ainda em vigor foi elaborada de acordo com o Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho, tal como a sua alteração pelo Decreto-Lei n.º 274/92 de 12 de dezembro, que se encontram atualmente revogados. Desta forma, existe a necessidade de atualização da RAN no município de Mação de acordo com a legislação em vigor.

Foi disponibilizada uma avaliação anteriormente efetuada, em 2005 à carta de RAN em vigor, que foi caracterizada pela sua diminuta qualidade para efeitos de ordenamento do território, tendo sido concluído que “não reflete a realidade da classificação atual dos solos, não possuindo a fiabilidade essencial para delimitação de uma servidão que tem por objetivo assegurar a proteção dos recursos considerados fundamentais para a manutenção e preservação do equilíbrio ecológico e de uma estrutura biofísica básica, indispensável ao uso sustentado do território.”

Com a atual revisão do PDMM, encontra-se a ser efetuada uma nova “delimitação” da RAN Bruta com auxílio da informação cartográfica atualmente disponível, permitindo assim que o município disponha de um instrumento mais rigoroso e atualizado.

Numa primeira fase da elaboração da carta municipal da RAN, foram delimitadas as áreas propostas a integrar a RAN Bruta constituindo a proposta da carta da RAN Bruta, de acordo com os critérios técnicos constantes nos Artigos n.º 8, 9, 10, 12 e anexo II do diploma da RAN.

O presente documento, pretende sistematizar a forma como decorreu o processo de obtenção da nova carta da RAN Bruta. Nesta carta foram retiradas as áreas edificadas dos aglomerados urbanos e rurais delimitados em sede de revisão do PDMM, no âmbito da caracterização do povoamento atual.

Para além de uma muito breve descrição dos pressupostos subjacentes à proposta de alteração da RAN apresentada, integram este documento as peças desenhadas e shapefile que identifica estas mesmas áreas. Posteriormente será apresentada a presente proposta das áreas a incluir na RAN



Bruta à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) que irá proceder à sua apreciação, acompanhamento, possíveis revisões que sejam necessárias e posterior aprovação de acordo com o artigo 14.º do 199/2015, de 16 de setembro.

2- DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS A INTEGRAR NA RAN BRUTA

2.1- METODOLOGIA

A delimitação da RAN para o Município de Mação teve como base o Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março e respetiva alteração Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, de acordo com a classificação tradicional da Carta de Solos e da Carta de Capacidade de Uso dos Solos do ex-CNROA (extinto Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário).

As cartas de Solos e da Carta de Capacidade de Uso dos Solos foram disponibilizadas pela DGADR, em formato tif. Como etapa inicial do processo, estas cartas foram georreferenciadas para o sistema de projeção PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989 e efetuada a respetiva vectorização das delimitações das áreas afetas à RAN bruta. Para apoio foi também disponibilizada a Carta de RAN oficial em vigor em formato dwg e Shapefile, transposição anteriormente efetuada do formato analógico (papel) para o formato vetorial.

Posteriormente, respeitando os critérios técnicos definidos no Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março e respetiva alteração Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro e, segundo o nº 2 do artigo 7º procedeu-se à identificação do conjunto de áreas que apresentam maior aptidão agrícola, de acordo com as alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 8.º, designadamente:

- a) As áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch;
- b) As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais;
- c) As áreas em que as classes e unidades referidas nas alíneas a) e b) estejam maioritariamente representadas, quando em complexo com outras classes e unidades de solo.

De acordo com o artigo 10.º, os solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (perímetros urbanos) não são integrados na RAN. Neste caso foram considerados, para efeitos da delimitação da RAN Bruta os aglomerados urbanos e rurais identificados no âmbito da caracterização do povoamento efetuado no contexto da revisão do PDMM. Em parte, estas áreas correspondem a perímetros urbanos do PDM em vigor, porém na avaliação do PDM constatou-se a existência de diversos aglomerados, quer urbanos, quer rurais, que



incorretamente não foram objeto de delimitação, situação que se pretende dirimir nesta revisão do PDM, e desde já ao nível da delimitação da RAN bruta.

2.2- RESULTADOS

No concelho de Mação constatou-se que existem áreas de capacidade de uso do solo de classe A, B e Ch. Verifica-se ainda que os tipos de solos complexos (referidos na alínea c)) estão representados no Concelho pelas classes A, B e C, sendo dominantes (mais de 50%) as classes de capacidade de uso do solo B e Ch.

Ao nível das unidades de solos do tipo aluviosolos e coluviosolos identificaram-se várias áreas que coincidem na sua maioria com as classes de capacidade de uso do solo C (vd. Desenho 1 no anexo das peças desenhadas).

Como resultado obteve-se a carta da proposta da RAN Bruta que integra as áreas a classificar como RAN, e as quais se caracterizam por serem áreas que apresentam grande aptidão para a atividade agrícola, ou seja, áreas que compreendem solos com risco de erosão ligeiros no máximo moderados, suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva a intensiva, e com limitações moderadas. No Desenhos 2, no anexo das peças desenhadas, observa-se as áreas de RAN em vigor e de RAN Bruta proposta. Foram ainda identificadas as áreas a retirar à RAN em vigor e as áreas a incluir na nova área de RAN Bruta proposta, em virtude dos critérios adotados para a sua delimitação.

O Quadro que se segue apresenta a quantificação e percentagem da superfície de RAN em vigor e da RAN Bruta proposta.

Quadro 1 - Quantificação da área da RAN em vigor e da RAN Bruta proposta

	Superfície (ha)	% da superfície do concelho
Área da RAN em vigor	1864,94	4,7%
Área da RAN Bruta proposta	1828,07	4,6%

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RAN é considerada como um conjunto de áreas que em termos agro-climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. É considerada uma restrição de utilidade pública que condiciona as atividades que nestes se desenvolvem. Para evitar comprometer de forma irreversível a sua capacidade, importa, no decurso da revisão do PDM avaliar o provável impacte causado pela diminuição da sua área em virtude das exclusões que possam vir a ser propostas.

Em termos de caracterização da RAN do concelho e com base na cartografia apresentada, conclui-se que a RAN Bruta proposta ocupa cerca de 4,6% da superfície total do concelho, ou seja, houve uma redução residual em relação à RAN em vigor.



4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.1- BASE CARTOGRÁFICA

Série Cartográfica Nacional (MNTC), esc. 1:10 000, Base-cart_Mação.dwg (IGP – Instituto Geográfico Português / Câmara Municipal de Mação - CMM, 1xxx).

4.2- CARTOGRAFIA DE APOIO

Carta da RAN em vigor, esc. 1:25 000. (Portaria nº 153/93, de 10 de fevereiro).

Carta de Solos e de Capacidade de Uso dos Solos, esc. 1:25 000, fls. 301, 312, 313, 322, 323 e 332. (CNROA/IDRHa/DGADR).

Carta Militar de Portugal, esc. 1:25 000, fls. 301, 312, 313, 322, 323 e 332. (IgeoE, eds. 2,3 e 4).

4.3- FONTES DE INFORMAÇÃO

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão 2010, Instituto Geográfico Português, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março - Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Nomenclatura da Carta de Ocupação do Solo de Portugal Continental de 2015.

Nota Explicativa da Carta dos Solos de Portugal e da Carta de Capacidade de Uso do Solo.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - www.dgadr.gov.pt.

Direção-Geral do Território - <http://www.dgterritorio.pt/>.

5- ANEXO – PEÇAS DESENHADAS

Desenho 01 (2 folhas) – Proposta de RAN Bruta e Classes de Aptidão, escala 1:25000

Desenho 02 (2 folhas) - Comparação da RAN em vigor com a RAN Bruta Proposta, escala 1:25000